

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 187

Data: 05.04.84

Pg.:

De índios e assaltos

Rio de Janeiro

190
Enquanto nas telas de televisão, os índios do Xingu apareciam com suas trabalhadas bordunas, alguns terçados e pequenas facas, nos mesmos noticiários surgiu um delegado qualquer, dizendo que eles estariam fortemente armados, com grande poder de fogo e patranhas que tais. Essa gente a serviço do que há de pior esqueceu-se, pela força do hábito, de que, sem censura aos meios de comunicação de massa, mentiras ficam de pernas mais curtas que sua própria moral.

Quem acompanha o noticiário está vendo, nos últimos dias, o desenrolar da sinistra novela que tem como motivo central o acaparamento das terras indígenas pelos fazendeiros da área, comprimindo as reservas e deixando Txucarãmães e outras tribos mais carentes de condições de sobrevivência a longo prazo. Tudo isso — como virou moda dizer, nessas décadas de dominação militar — está sendo executado como plano de Estado-Maior: ao cortar a área com uma estrada, condenada por todos que previam suas consequências e que poderia ter outro traçado, criaram-se as premissas para o conflito em detrimento dos índios.

O comandante da Polícia Militar de Mato Grosso manda espalhar que as lideranças indígenas adquiriram quase dez milhões de cruzeiros em armas e munições, enquanto os fazendeiros reclamam publicamente solução de força. Para bom entendedor, meia palavra basta; e já foram pronunciadas palavras demais. Prepara-se, com tranquilidade criminosa, um massacre. A quantia alegada, mesmo que fosse verdadeira, mal daria para a compra de umas poucas armas de fogo e de sua correspondente munição, com a peculiaridade que a falta de hábito de manejá-las as tornaria sem maior utilidade prática para os supostos adquirentes. Em contrapartida, ninguém tem

dúvida de que os grileiros das terras indígenas e os policiais, eles sim, possuem e sabem usar armas pesadas.

Otávio Ferreira Lima, presidente da Funai, já demonstrou pela intransigência que é um adversário das comunidades indígenas, às quais está tratando no puro estilo militar, como convém aos fazendeiros dessa e de outras áreas. Ele e Mário Andreazza — esse o maior responsável do século pelo desrespeito aos direitos do índio — armaram até a incrível farsa de cobrir militarmente as sedes da Funai e do Ministério do Interior, em Brasília, a pretexto de ameaça de "ataque" que não houve, e cujo anúncio deve ser tido como parte da montagem de um dispositivo propagandístico.

A suposta ameaça aos reféns não vem, no momento, dos índios, mas do governo. A pretensão dos índios ao retê-los é, sem a menor dúvida, levar as chamadas autoridades a entendimento que lhes reconheça os direitos, em perene violação. A responsabilidade do que vier a ocorrer está, assim, desde agora, definida como pertinente ao governo e aos fazendeiros.

Tudo isso se passa em plena luz do dia, proximidades de Brasília, e, nessa Capital, sob o olhar cúmplice do general-presidente, que assinou o decreto 83.118, que retirou da Funai a exclusividade da demarcação das terras, entregando-a à Pasta do general Venturini, que se mantém calado, como se nada tivesse com o peixe.

Competente tem sido Mário Juruna; fica-se arrependido de não haver-lhe dedicado o voto. (Newton Rodrigues)